



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – MMFDH
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
- SNPIR

CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DE 11 E 12 DE MAIO DE 2022

1 Nos dias onze e doze de maio de dois mil e vinte e dois, na plataforma *Microsoft Teams* por
2 videoconferência, foi realizada a 78ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da
3 Igualdade Racial - CNPIR. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e conselheiras
4 representantes do governo: **Dia 11/05/2022:** Titular **Paulo Roberto** - Secretário Nacional de
5 Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SNPIR); Suplente **John Land Carth** – Ministério da
6 Educação; Titular **Alexandre Rocha** – Fundação Nacional do Índio; Suplente **Matheus Moreira e**
7 **Silva de Aracoeli** – Ministério das Relações Exteriores; Titular **Gustavo André Fernandes de**
8 **Lima** - Ministério das Comunicações; Suplente **Hélio Maurício Miranda da Fonseca** – Ministério
9 das Comunicações; Titular **Juliana Chagas da Silva Mittelbach** – Redes Mulheres Negras (PR);
10 Titular **Maria Jane Soares Targino Cavalcante** – Associação Comunitária dos Povos Ciganos de
11 Condado Paraíba (ASCOCIC); Suplente **Sérgio Eduardo Menezes Silva** - Instituto Brasileiro de
12 Apoio aos Segmentos Étnico – Raciais (IBASER); Suplente **Kátia Regina Aroucha Barros** -
13 Instituto Internacional Arayara; Titular **Raimundo Nonato Pereira da Silva (Taata**
14 **Konmannanjy)** – Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bandu
15 (ACBANTU); Titular **Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas** – Associação Estadual Cultural de
16 Direitos e Defesa do Povo Cigano; Titular **Terezinha Alves** - Associação Estadual das Etnias

17 Ciganas de Mato Grosso (AEEC/MT); Suplente **Rosemberg Moraes Caetano** - Instituto Eco Vida;
18 Titular **José Eudo da Silva** - Associação de Preservação da Cultura Cigana do estado Ceará
19 (ASPRECCEC); Titular **Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves** - Movimento Pardo Mestiço
20 Brasileiro; Suplente **Jerson Cesar Leão Alves** - Movimento Pardo Mestiço Brasileiro; Titular
21 **Ednalva Bispo dos Santos** - Associação Nacional das Mulheres Ciganas. **Dia 12/05/2022:** Titular
22 **Paulo Roberto** - Secretário Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SNPIR);
23 Suplente **Lucynila de Noronha Braga** – Secretaria-Geral da Presidência da República; Suplente
24 **John Land Carth** – Ministério da Educação; Titular **Alexandre Rocha** – Fundação Nacional do
25 Índio; Titular **Flávia Mello de Castro** – Secretaria Especial da Cultura; Suplente **Marco Antônio**
26 **Evangelista da Silva** – Fundação Cultural Palmares; Suplente **Matheus Moreira** – Ministério do
27 Meio Ambiente; Titular **Renata Florez Rocha** – Secretaria de Gestão e Desempenho
28 Pessoal/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital; Titular **Juliana**
29 **Chagas da Silva Mittelbach** – Redes Mulheres Negras (PR); Titular **Maria Jane Soares Targino**
30 **Cavalcante** – Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado Paraíba (ASCOCIC);
31 Suplente **Sérgio Eduardo Menezes Silva** - Instituto Brasileiro de Apoio aos Segmentos Étnico –
32 Raciais (IBASER); Suplente **Abraham Goldstein** – Confederação Israelita do Brasil; Titular
33 **Raimundo Nonato Pereira da Silva (Taata Konmannanjy)** – Associação Nacional Cultural de
34 Preservação do Patrimônio Bandu (ACBANTU); Titular **Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas** –
35 Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa do Povo Cigano; Titular **Terezinha Alves** -
36 Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso (AEEC/MT); Suplente **Rosemberg**
37 **Moraes Caetano** - Instituto Eco Vida; Titular **José Eudo da Silva** - Associação de Preservação da
38 Cultura Cigana do estado Ceará (ASPRECCEC); Titular **Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves**
39 - Movimento Pardo Mestiço Brasileiro; Titular **Geovan João Alves da Silva** – Instituto de
40 Tradições e Cultura Afro – Brasileira. A Reunião também contou com a presença do Sr. **Helbert**
41 **Garandy Pitorra** (Coordenador-Geral de Conselhos da SNPIR – Secretário-Executivo do CNPIR),
42 no primeiro e segundo dia de reunião. **Dia 11/05/2022 – Abertura** - Dando início aos trabalhos, o
43 Presidente Paulo Roberto cumprimentou a todos e estendeu o espaço para diálogos e comunicados
44 antes de seguir para o segundo ponto de pauta. A Conselheira Maria Jane Soares Targino
45 Cavalcante, solicitou uma reunião com o Mais Ciganos. A Conselheira Valdinalva Barbosa dos
46 Santos Caldas, complementou que a pauta inclui também as outras lideranças ciganas ao nível
47 Nacional, na participação da pauta específica. O Sr. Helbert Garandy Pitorra, replicou que

48 compreendeu e que a voz dos conselheiros possui peso maior, mas que respeita a presença dos
49 outros convidados e a importância de participação. Complementou que será comunicado a
50 Coordenadora Daiana Fagundes e o Coordenador Charles, que estão a frente da organização da
51 campanha para que a reunião seja brevemente agendada e com os *links* extensivos aos convidados
52 que forem indicados pelos Conselheiros Nacionais. Seguindo a pauta, o Presidente Paulo Roberto
53 solicitou que o Sr. Helbert Garandy Pitorra realizasse a verificação da presença e da existência de
54 *quórum* para instalação do colegiado. O Conselheiro Rosemberg Moraes Caetano, registrou que, no
55 Palácio Anchieta, localizado no Estado do Espírito Santo, estava sendo realizada uma sessão solene,
56 onde o governador estaria sancionando um estatuto contra a intolerância religiosa, ao qual informou
57 não ter existido debates sobre o documento e considerou um retrocesso a leis estadual e
58 principalmente ao estatuto da igualdade racial. Solicitou o registro da informação aos anais, para
59 que seja posteriormente encaminhado as comissões e seja adotada as medidas cabíveis. O Sr.
60 Helbert Garandy Pitorra, verificou a falta de *quórum* para deliberações, mas poderia ser realizada a
61 instalação da sessão. Em seguida, foi apresentada a seguinte proposta de pauta e de ordem, do dia
62 onze de maio de dois mil e vinte e dois, para votação/aprovação: 14h - Abertura; 14h20 -
63 Verificação da presença e da existência de *quórum* para instalação do colegiado; 14h30 - Leitura e
64 aprovação da ordem do dia; 14h40 – Aprovação da Ata da 77ª Reunião Ordinária do CNPIR; 14h50
65 às 15h10 – Relatoria por parte do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, acerca do parecer da
66 CONJUR Nº 265/2022; 15h10 às 15h30 – Inscrições para fala; 15h30 às 15h40 – Apresentação do
67 status da V CONAPIR; 15h40 às 16h00 – Inscrições para fala; 16h00 às 16h20 – Ratificação *ad*
68 *referendum* (Calendário de reuniões do Conselho Nacional para 2022, A moção em desfavor da
69 Fundação Cultural Palmares, Adiamento da V CONAPIR e a Prorrogação do GT Cigano); 16h20 às
70 17h00 – Eleição dos novos componentes das Comissões Permanentes; 17h00 – Informes gerais;
71 17h10 - Considerações Finais e Encerramento. Dando sequência, apresentou a proposta de pauta e
72 de ordem do dia doze de maio de dois mil e vinte e dois para votação/aprovação: 14h - Abertura;
73 14h20 - Verificação da presença e da existência de *quórum* para instalação do colegiado; 14h30 às
74 15h – Apresentação Orçamentária das Ações do CNPIR - Hugo Leonardo Costa Neto Coordenação-
75 Geral de Gestão CGGE; 15h às 15:30 – Inscrições para fala; 15h30 às 15h50 – Avaliação acerca da
76 retomada das reuniões presenciais do CNPIR; 15h50 às 16h30 – Inscrições para fala; 16h30 às
77 16h50 – Informes Gerais; 16h50 às 17h00 - Encerramento. O Presidente Paulo Roberto, sugeriu que
78 no momento que houvesse *quórum*, realizassem o ponto de pauta referente a ratificação *ad*

79 *referendum* e as demais aprovações. Ato contínuo, seguiu para o item de pauta que trata da relatoria
80 por parte do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, acerca do parecer da CONJUR N°265/2022 e
81 narrou o trecho do regimento interno, artigo 17, inciso 2°. A Conselheira Helderli Fideliz Castro de
82 Sá Leão Alves, realizou uma ressalva referente ao regimento, que para continuidade dos trabalhos é
83 necessário o *quórum* no início da reunião, e solicitou a inversão da pauta, requerendo a
84 transferência do item referente a relatoria por parte do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, para o
85 final da pauta. O Presidente Paulo Roberto, replicou informando que a relatoria não é deliberativa e
86 realizou a leitura do artigo nº12, parágrafo 2°. Atendendo a solicitação, passou-se para o item de
87 pauta que trata da apresentação do status da V CONAPIR. O Sr. Helbert Garandy Pitorra, saudou a
88 todos e informou o atual e status e ações a serem realizadas para que haja concretude e informou
89 sobre a publicação do Decreto nº 10774 de 23 de agosto de 2021, onde posteriormente houve na 77ª
90 Reunião Ordinária, a deliberação pelo adiamento da V Conferência Nacional, seguindo
91 posteriormente a decisão do conselho pelo adiamento da V Conferência Nacional de Promoção da
92 Igualdade Racial (CONAPIR), após a escuta do clamor por parte dos Estados e levando em
93 consideração a situação pandêmica do momento. Prosseguiu informando que foi iniciado a nível de
94 Secretaria Executiva e o Conselho Nacional, a organizar todos os atos administrativos para que
95 houvesse o cumprimento, na íntegra, a decisão do pleno. Prosseguiu, informando, que no dia 28 de
96 abril de 2022, houve a publicação do Decreto nº 11.054, que comunica o adiamento da V
97 Conferência Nacional e determina, que por meio de ato do Ministro de Estado da Mulher, da
98 Família e dos Direitos Humanos, seja publicado as datas limites para a realização das etapas
99 municipais e intermunicipais, estaduais, bem como a realização da Conferência Nacional. Ressaltou
100 que o processo está em fase de conclusão, com a expectativa que a publicação aconteça entre sexta-
101 feira da semana vigente e no mais tardar na semana seguinte, sendo que, o que foi deliberado pelo
102 Pleno é o que será seguido, com a realização das etapas municipais e intermunicipais até novembro
103 de 2022, da estadual e distrital até dezembro de 2022 e a realização da Conferência Nacional do dia
104 8 a 12 de maio de 2023. Complementou que juntamente a publicação da Portaria, sendo o ato
105 Ministerial que comunica e convoca a novas datas, haverá a republicação do Regimento Interno
106 com a atualização dos dados referente as datas, sendo que a avaliação ficará a cargo da mesa diretora
107 do CONAPIR, que ocorrerá na sexta-feira da semana em curso, às 14h. Sequenciou, informando
108 que após a republicação do regimento interno da V Conferência Nacional, será realizado o envio
109 aos Estados do texto base da V Conferência Nacional e do guia orientador e a retomada da

110 mobilização do CONAPIR, com maior prazo, de forma a compreender o andamento das
111 Conferências nos Estados e Municípios a República Federativa do Brasil. Salientou, que atualmente
112 a Secretaria Nacional, por meio do CONAPIR, começou a receber algumas demandas com relação a
113 necessidade de acompanhamento e participação das Conferências Estaduais, sendo que algumas
114 estavam em andamento e outras estão na fase final. Destacou como importante no regimento
115 interno, a validação de todas as Conferências Municipais, intermunicipais e estaduais que já foram
116 realizadas. Apontou que já estava vigente Decreto nº 10.774 de 23 de agosto de 2021, logo esses
117 atos já realizados serão reconhecidos e incorporados ao Decreto nº 11.054 de 28 de abril de 2022. O
118 Conselheiro Rosemberg Moraes Caetano, apontou a questão do texto base, que não foi analisado
119 pela comissão de metodologia e como membro da comissão, apontou que nunca foi convidado para
120 a elaboração do texto, solicitando informações. Questionou, em relação ao chamamento da
121 Secretaria Nacional para participação das Conferências, se o convite é realizado pela Secretaria ou o
122 Conselho, pois considerou importante a presença do colegiado e o Pleno como forma de
123 desenvolver e desempenhar o seu papel. Sugeriu que aconteça uma reunião de forma presencial, de
124 todos os seguimentos da conferência para que, de fato, aconteça uma articulação para 2023,
125 evitando problemas posteriores. Complementou que com a experiência de outras comissões
126 organizadoras de conferência, compreende a importância da elaboração de um texto básico e reitera
127 que deve ser um texto constituído e aprovado pela comissão, pela coordenação da conferência e
128 referendado pelo Pleno. O Sr. Helbert Garandy Pitorra, replicou informando que as reuniões das
129 subcomissões, ocorrerão com as devidas convocações, com registro dos envios dos *e-mails* para
130 todos os conselheiros que faziam parte da comissão, além do *link* das reuniões que ocorreram onde
131 os conselheiros participaram e fizeram a indicação pelo texto base e disponibilizou o envio para o
132 conselheiro. Sequenciou comunicando que, sobre a mobilização, os convites em 97%, chegam para
133 Secretaria Nacional, porém o Secretário Nacional também é presidente do Conselho Nacional, e foi
134 observado que houve primazia dos conselheiros nacionais, que são os verdadeiros responsáveis pela
135 Conferência Nacional nas mobilizações, não havendo planejamento diferente para 2023. Com a
136 palavra, a Conselheira Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, apontou sobre a reformulação de
137 todo o material e solicitou ao conselho responsável pela organização da Conferência. Salientou que
138 deve ser passado pelo Pleno o que foi realizado pelas comissões e citou que consta em regimento e
139 solicitou que o material seja disponibilizado para conselheiros. Mencionou que a dois meses atrás,
140 solicitou a inclusão na comissão de metodologia para que, quando possível, houvesse contribuições

141 ao povo mestiço, que alegou ter sido excluído do Regulamento da Conferência da Igualdade Racial.
142 O Sr. Helbert Garandy Pitorra, em resposta, solicitou que a conselheira verificasse a Resolução nº
143 24 do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de 09 de dezembro de 2021 e explanou
144 a mesma. A Conselheira Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, solicitou questão de ordem, pois
145 alegou não retirar a autonomia das comissões, mas que de acordo com o regimento, o que foi
146 produzido seja encaminhado ao conselho. O Sr. Helbert Garandy Pitorra, replicou, informando que
147 referente ao regimento interno da V CONAPIR, não há o que se debater com relação a blindagem
148 jurídica de um instrumento e em retificação, uma vez que já ocorreram diversas conferências
149 estaduais e municipais que segue o regimento vigente. Comunicou que na existência de *quórum*
150 para referendar o *ad referendum*, a decisão fica a cargo da mesa diretora. O Presidente Paulo
151 Roberto, solicitou a verificação de *quórum* para instalação do colegiado e informou sobre o
152 processo de quantificação de faltas, de acordo com o regimento. O Sr. Helbert Garandy Pitorra,
153 comunicou que no momento ainda não existia *quórum* para votação. A Conselheira Helderli Fideliz
154 Castro de Sá Leão Alves, questionou que no regimento interno da V CONAPIR, não possui cotas
155 específica par ao povo mestiço. O Sr. Helbert Garandy Pitorra, replicou que o que deve ser levado
156 em consideração é que houve a aprovação do regimento interno, pelo Pleno do Conselho Nacional
157 de Promoção da Igualdade Racial e a época o movimento pardo mestiço ainda não fazia parte do
158 conselho, não havendo nenhum tipo de observação pontual nesse sentido. Complementou que a
159 aprovação do regimento interno se deu balizada por dois fatores, sendo o primeiro referente ao que
160 se tem como definição jurídica, do termo conceitual do que é o mestiço e em qual categoria se
161 enquadra, sendo o que reforça o parecer CONJUR nº 265/2022 e o segundo fator é balizados pela
162 informação que novos mestiços estariam enquadrados na categoria de pardos e nesse sentido a
163 decisão do conselho, a partir da 74ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da
164 Igualdade Racial caminhando nesse sentido. Apontou que tem como insegurança jurídica, realizar a
165 redistribuição de cotas no meio de um processo que está em andamento e que já possui etapas
166 realizadas e balizadas pelo regimento interno vigente, geraria para o Conselho Nacional e para o
167 próprio Estatuto e da Conferência Nacional, uma insegurança jurídica irreparável. O Sr. Helbert
168 Garandy Pitorra, questionou se existe alguma consideração a ser realizada referente a Ata da 77ª
169 Reunião Ordinária do CNPIR, não havendo, informou que após a existência do *quórum* a mesma
170 deverá somente ser aprovada. Avançou-se para o item de pauta referente a eleição dos novos
171 componentes das Comissões Permanentes, e não existindo *quórum* para votação o Sr. Helbert

172 Garandy Pitorra sugeriu que verificasse o status das comissões e subcomissões permanentes, quem
173 são os conselheiros que deixarão o cargo e quantas vagas necessitam ser preenchidas. Comunicou
174 que se houvesse voluntário, na primeira oportunidade de *quórum*, será realizada prontamente a
175 aprovação. Prosseguiu informando que a Resolução nº 19 de 22 de julho de 2021, institui as
176 Comissões Permanentes do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e apontou que na
177 75ª e 76ª Reuniões Ordinárias, foi solicitado o levantamento das Comissões que não estão em pleno
178 funcionamento e os conselheiros que não estão participando, com a solicitação de notificação para
179 os mesmos e manifestação justificando sua ausência. Em seguida, relatou os conselheiros a serem
180 substituídos em razão de não participação ou de dispensa por demanda. A Comissão Permanente de
181 Políticas Públicas: O Conselheiro Gustavo André Fernandes (Ministério das Comunicações) com a
182 função de coordenador; a Conselheira Terezinha Alves (Associação Estadual das Etnias Ciganas do
183 Mato Grosso) e a Conselheira Tarcila Martins Portugal (Ministério da Agricultura, Pecuária e
184 Abastecimento). Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças: O cargo de coordenação vago, a
185 Conselheira Cleci Martins (Rede Mulheres Negras), a Conselheira Sílvia Nobre, que foi dispensada
186 pela Portaria nº 825 de 18 de abril de 2022 por demanda e a Conselheira Rejane Ferreira Soares
187 (Instituto Eco Vida). A Comissão Permanente de Mobilização e Informação: Tem -se o cargo de
188 coordenação da comissão vago, que pertencia a Conselheira Nicole e que de acordo com a Portaria
189 nº 473 de 09 de fevereiro de 2022, foi substituída pela Conselheira Kátia, que está como suplente,
190 sujeito a confirmação da Conselheira Kátia para manutenção e a eleição de uma nova coordenação
191 dentro da comissão, uma vez que a coordenação possa ser exercida por membro suplente do
192 governo e a Conselheira Maria de Jesus Moura, que solicitou sua saída do conselho. Do Conselho
193 Federal de Psicologia, apontou a Conselheira Célia Zenaide. Referente ao Comissão Permanente de
194 Direitos Humanos, foi considerada a comissão mais ativa do conselho e parabenizou os
195 conselheiros que se empenham para o funcionamento da comissão e participação de todos os
196 membros. A Comissão Permanente de Direitos Culturais: O cargo de coordenador permanece vago,
197 que estava sendo ocupado pela Conselheira Sílvia Nobre e com sua dispensa através da Portaria nº
198 825 de 18 de abril de 2022, existe a necessidade de preenchimento de mais uma vaga da comissão,
199 com a eleição de novo coordenador e o Conselheiro Laércio Fideliz Dias (Fundação Cultural
200 Palmares). Ato contínuo, verificou o status das subcomissões do CONAPIR, onde existem duas
201 vagas disponíveis, sendo uma na Subcomissão de Articulação e Mobilização, que estava sendo
202 ocupada pela Conselheira Nicole Figueiredo de Oliveira, dispensada pela Portaria nº 473 de 09 de

203 fevereiro de 2022, e uma vaga na Subcomissão de Metodologias, Temas, Subtemas e Relatoria com
204 relação a dispensa da Conselheira Sílvia Nobre. O Conselheiro Rosemberg Moraes Caetano,
205 solicitou que a eleição fosse realizada por Comissão, para melhor organização e compreensão. A
206 Conselheira Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas candidatou-se a vaga na Comissão Permanente
207 de Políticas Públicas e ser substituída na Comissão de Legislação, o que foi registrado. O Sr.
208 Helbert Garandy Pitorra, solicitou a projeção com a relação das vagas disponíveis nas comissões e
209 subcomissões e sugeriu ao Presidente Paulo Roberto, que não havendo *quórum* existente para
210 votação, que seja mais uma matéria a ser apreciada pela mesa diretora na reunião que se aproxima.
211 Reiterou as vagas para melhor compreensão passando por cada comissão. Prosseguiu solicitando
212 dois representantes de órgãos públicos para atrelar-se a Comissão Permanente de Políticas Públicas,
213 não havendo candidatos, seguiu para a Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças para a vaga
214 de coordenador e duas vagas para a sociedade civil e consultando aos representantes da sociedade
215 civil que não fazem parte de nenhuma Comissão, se possuem o interesse de candidatar-se. A
216 conselheira Ednalva Bispo dos Santos candidatou-se, o que foi devidamente registrado. Seguindo, o
217 Sr. Helbert Garandy Pitorra, narrou a composição das comissões, de forma a esclarecer a todos os
218 seus representantes. Não havendo mais candidatos para as vagas em aberto da Comissão
219 Permanente de Orçamentos e Finanças, seguiu-se para a solicitação de candidatos para as vagas em
220 aberto da Comissão Permanente de Mobilização e Informação, com uma vaga para substituição da
221 Conselheira Nicole e consultou a Conselheira Kátia Regina Aroucha Barros, suplente, sua
222 disponibilidade para substituição, o que foi aceito e registrado. A Conselheira Helderli Fideliz
223 Castro de Sá Leão Alves, manifestou interesse em participar da Comissão em questão e registrou
224 que elaborou um ofício para inclusão na mesma, bem como manifestou seu interesse em participar
225 igualmente na Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças. O Sr. Helbert Garandy Pitorra,
226 registrou o interesse da conselheira Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves para vaga na
227 Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças e ressaltou que possui uma vaga a ser preenchida.
228 Informou que para a Comissão Permanente de Mobilização e Informação não possui vagas. Ato
229 contínuo, relatou as vagas da Comissão Permanente de direitos culturais, sendo duas disponíveis e
230 questionou manifestações para sua completude. O Conselheiro Rosemberg Moraes Caetano,
231 comunicou que houve o afastamento da Conselheira Rejane do Conselho em questão, e discorreu
232 que o Instituto Eco Vida encaminhou para a Secretaria um documento relatando que a mesma deixa
233 a condição de suplente, a partir da data específica, assumindo o cargo de titular o Conselheiro

234 Suplente Rosemberg Moraes Caetano, sendo que a Sra. Celestina assumiria a vaga de suplente pelo
235 Instituto Eco Vida, o que justifica as ausências da titular, tendo em vista que o mesmo assumiu a
236 vaga. Completou que declina da vaga da comissão ocupada anteriormente e além da Comissão de
237 Direitos Humanos, assume a vaga em Direitos Culturais. O Sr. Helbert Garandy Pitorra, replicou
238 que a informação será verificada, ficando registrado a vaga do Conselheiro Rosemberg Moraes
239 Caetano para a Comissão de Direitos Humanos, sendo questionado a disponibilidade de mais um
240 voluntário para a vaga em aberto. Com a palavra, o Sr. Presidente Paulo Roberto, solicitou
241 remanejar o item de pauta referente a relatoria por parte do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro,
242 acerca do parecer da CONJUR Nº 265/2022 para a reunião posterior, pois de acordo com a
243 legislação é impreterível que seja apresentado o parecer na Reunião Ordinária seguinte, mas que no
244 caso continuaria sendo a mesma reunião, devido a abrangência de dois dias par a mesma. Não
245 havendo, consultou a disponibilidade de voluntário para a vaga em aberto da Comissão de
246 Legislação. Não havendo, consultou a disponibilidade de voluntários para as vagas em aberto na
247 Subcomissão do CONAPIR, sendo a primeira para a Subcomissão de Articulação e Mobilização,
248 onde a Conselheira Kátia Regina Aroucha Barros candidatou-se, sendo registrado. Prosseguiu para
249 a Subcomissão de metodologia, temas, subtemas e relatoria com uma vaga em aberto, e questionou
250 sobre voluntários, não havendo registrou um novo status para apresentação no dia posterior para
251 aprovação. Dando seguimento na pauta, apontou a Ratificação *ad referendum*, e caso seja
252 necessário, realizar a atualização do *quórum*, e a relatoria por parte do Movimento Pardo-Mestiço
253 Brasileiro, acerca do parecer da CONJUR Nº 265/2022, e reiterou a fala do Sr. Presidente Paulo
254 Roberto, que caso persista os problemas técnicos, que essa temática seja transferida para a segunda
255 parte da reunião no dia doze de maio. O Sr. Presidente Paulo Roberto, concordou e passou para o
256 próximo item de pauta, referente aos informes gerais. O Sr. Helbert Garandy Pitorra, convidou os
257 conselheiros a participarem dos informes gerais, caso possuam. Registrou, que obteve a informação
258 que o Conselheiro Juliano Bueno, está enfermo e em processo de recuperação e estimou sua
259 melhora. O Presidente Paulo Roberto, informou que pretende trabalhar sempre dentro da mesma
260 serenidade, com o intuito sempre de produzir algo de Estado e não de Governo, deixando frutos
261 para as gerações futuras. Complementou que existe uma série de pedidos a serem solicitados pelo
262 conselho e que serão realizados no dia seguinte, no sentido de buscar ajuda, citando a Lei nº
263 12.711, que faz 10 anos no dia 29 de agosto e prevê, no artigo 7º, que esse ano vigente, deveria ser
264 o ano da revisão da Lei, sendo que a secretaria deverá realizar um pronunciamento, no sentido de

265 elaborar sugestões de posicionamento referente a esta Lei. Sem mais considerações, agradeceu a
266 participação e comprometimento de todos encerrando o primeiro dia da 78ª Reunião Ordinária do
267 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR. **Dia 12/05/2022 - Abertura -**
268 Dando início e continuidade aos trabalhos, o Presidente Paulo Roberto cumprimentou a todos e
269 relatou os pontos de pauta da reunião passando a palavra. Com a palavra, o Sr. Helbert Garandy
270 Pitorra, realizou a verificação da presença e da existência de *quórum* para instalação do colegiado.
271 Verificando a existência de *quórum*, narrou a ordem de pauta do dia. O Presidente Paulo Roberto,
272 apontou o primeiro ponto de pauta do dia e informou que compete ao Conselho apreciar anualmente
273 a proposta orçamentária da SNPIR, sendo o Sr. Hugo Leonardo Costa Neto, da Coordenação-Geral
274 de Gestão (CGGE), foi convidado para a apresentação da Questão Orçamentária de 2021 e 2022
275 para conhecimento das atividades realizadas. Cumprimentou a todos e apresentou a pauta da
276 apresentação que trata da execução orçamentária 2021, o planejamento da execução orçamentária
277 2022 e a entrega de Kits de equipagens. Informou que foi liberado para SNPIR, para o exercício de
278 2021 o valor total de R\$7.936.249,00, sendo R\$3.742.744,00 de Emendas Parlamentares
279 Individuais e R\$4.193.505,00 de Orçamento Discricionário e relatou o que foi realizado com
280 orçamento discricionário, sendo: Projeto Oportunidade para Todos; Projeto Igualdade Racial nas
281 Escolas; Projeto Raça Cor no sistema prisional; Projeto Farinhando; Aquisição de Kits de limpeza e
282 higiene; Diárias e passagens; Aquisição de bens para comprar os Kits de equipagens (veículos,
283 computadores, impressoras, refrigeradores, bebedouros e TVs). Salientou que em resumo,
284 permanece 97% da execução orçamentária, do valor destinado, com o valor executado. Prosseguiu
285 para a Programação Orçamentária 2022, onde foi liberado para SNPIR o valor de R\$12.419,823,00,
286 sendo R\$2.960.097,00 para Emendas Parlamentares Individuais, R\$ 4.456.808,37 para Emenda
287 Parlamentar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e R\$5.152.918,00 para
288 Orçamento Discricionário, e detalhou a previsão para 2022, sendo: Projeto Capacitação de
289 mulheres Negras; Projeto Direito à Saúde da Pessoa Albina; Projeto Caravana da Economia
290 Criativa no Marajó; Projeto de promoção e desenvolvimento local de povos e comunidades
291 tradicionais por meio de um ou mais dos temas a seguir: Inclusão produtiva; Economia Solidária e
292 Formação Profissional – Chamada Pública; Projeto Cuidar; Projeto de incentivo a permanência
293 Universitária; Projeto para implantação de ambulatório de atenção a saúde no hospital da UFBA;
294 Despesas com manutenção dos Conselhos (CNPIR e CNPCT); Diárias e passagens e Aquisição de
295 bens para compor os Kits de equipagens. Discorreu que, a respeito dos Kits de Equipagens, com a

296 publicação do Decreto nº 10.509/2020, foi instituído o Programa de Equipagens e de Modernização
297 da Infraestrutura dos Órgãos e Instâncias Colegiadas de Promoção e de Defesa dos Direitos
298 Humanos do MMFDH, denominado PRODH e a partir desse Decreto ficou determinado que todas
299 as doações deverão ser realizadas por meio de chamada pública e com isso foram elaborados dois
300 editais de chamada pública, sendo o Edital de nº4/2021, que realizaram um recorte para beneficiar
301 municípios com até 300 mil habitantes, com kit que compõe apenas um veículo e outro Edital de nº
302 05/2021, sendo mais completo, compondo um veículo, um computador, uma impressora, um
303 refrigerador, um bebedouro e uma TV 50”, foi aberto para todos os demais, inclusive para os
304 municípios de até 300 mil habitantes. Ressaltou que quem participa de um edital não poderá
305 participar de outro e apresentou o detalhamento do Fluxo do Processo de Equipagem, que inicia
306 com o Decreto nº 10.509/2020, seguindo da chamada pública, Editais 04 e 05/2021,
307 credenciamentos e adesões, classificação, convocação e recebimento dos bens. Apresentou uma
308 lista completa de classificação final dos beneficiados dos Editais 04 e 05/2021. Comunicou que na
309 primeira etapa foram convocados 60 entes para recebimento dos kits e seguindo a ordem de
310 classificação, foram contemplados os 25 habilitados no Edital nº 04/2021 e os primeiros 35 do
311 Edital nº 05/2021, e ressaltou que para entrega dos 60 kits a disponibilidade orçamentária totalizou
312 um investimento de R\$6.777.609,00. Comunicou que caso haja um aumento de aporte, as
313 convocações continuarão a partir dos 36º beneficiários até o final do ano vigente, devido ao prazo
314 de validade do Edital, sendo dezembro de 2022, analisando elaborar um próximo Edital para
315 contemplar o orçamento de 2023. Sinalizou que os 117 contemplados são entes com adesão ao
316 Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, pois existe uma pontuação de quem é
317 participante do Sistema. O Presidente Paulo Roberto agradeceu e abriu inscrições para fala. O
318 Abraham Goldstein, parabenizou pela apresentação e objetividade e questionou a possibilidade
319 obter uma cópia da apresentação e considerou todos os programas apresentados adequados, justos e
320 pertinentes aos objetivos da Secretaria. O Sr. Hugo Leonardo Costa Neto, replicou que a
321 apresentação e a listagem dos convocados e credenciados nos editais, seria encaminhada a todos. O
322 Presidente Paulo Roberto, informou que tudo está sendo organizado em cima do previsto e dentro
323 da Legislação e citou o Decreto nº 4885, a qual foi utilizado para repassar as informações
324 apresentadas e citou o artigo 2º, o qual coloca como competência da CNPIR, apresentar sugestões
325 para elaboração de planejamento plurianual do governo, sendo necessário montar mecanismos
326 práticos para apresentar. Salientou que um dos Projetos apresentados foi fruto da Valdinalva

327 Barbosa dos Santos Caldas e agradeceu. A Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach,
328 declarou que compreendeu que apresentação realizada é de um orçamento da Secretaria,
329 identificando ser uma apresentação do que a pasta está desenvolvendo em caráter de apresentação e
330 não como caráter de debate e deliberação, pois não compete ao Conselho, questionando ao
331 Presidente. Completou que se for dessa forma, considera uma apresentação insuficiente pois não
332 apresenta uma análise qualitativa do que são os projetos, programas, a demanda do que está sendo
333 atendido, público que está chegando, as expectativas, metas e planos. Salientou uma melhor
334 qualidade de apresentação referente aos gastos do CNPIR e valor de gastos de passagens, que
335 considerou não está de forma clara, além do Conselho Nacional de Povos e Comunidades
336 Tradicionais, de forma a compreender o que foram os gastos, onde foi empregado, quais viagens e
337 custeios, declarando que um título com um valor do lado é insuficiente a respeito da importância do
338 investimento. Agradeceu a transparência da apresentação dos dados, mas reiterou a ressalva da falta
339 de aprimoramento para uma melhor compreensão dos valores. O Presidente Paulo Roberto,
340 comunicou que levaria uma amplitude no tempo de reunião para detalhamento dos Projetos, mas
341 que este detalhamento estaria disponível para todos e que será encaminhado na íntegra para todos.
342 Explanou que os recursos citados da CNPIR, são referentes a recurso que não foram gastos e que
343 estão previstos para 2022. Declarou, que existe a previsão das reuniões acontecerem de forma
344 presencial e que tal recurso para os dois conselhos seria para cobrir eventuais despesas com
345 passagens e diárias dos conselhos. O Sr. Hugo Leonardo Costa Neto, reiterou que ao disponibilizar
346 a apresentação, ela será composta com o detalhamento de cada Projeto conforme pontuado pela
347 Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach, pois a apresentação foi otimizada em reunião
348 devido ao tempo. Ressaltou que o valor de 250.000 disponível para os Conselhos CNPIR e CNPCT,
349 por hora não foi utilizado, estando disponível e que em 2021 não chegou aos 100%, devido a não
350 ocorrência de reunião presencial. A Conselheira Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves,
351 considerou pertinente a colocação da Vice-Presidente, quando se trata da transparência e
352 parabenizou a Secretaria por está contemplando os Conselhos de Igualdade Racial e que o
353 Amazonas receberá o equipamento, estando como 9º colocado. O Sr. Hugo Leonardo Costa Neto,
354 agradeceu e informou que o 9º colocado deverá está recebendo o equipamento até o dia 30 de
355 junho. O Conselheiro Jerson Cesar Leão Alves, parabenizou e considerou uma ótima exposição
356 compreendendo o período para apresentação e o fato de sua otimização. O Presidente Paulo Roberto
357 solicitou avançar para o próximo item de pauta, referente a retomada das reuniões presenciais e a

358 conferência de *quórum* para votação. O Sr. Helbert Garandy Pitorra, agradeceu a presença da
359 Secretária-Executiva Adjunta Viviane Petinelli e mediante a atualização do *quórum*, verificou que
360 possui 17 conselheiros com direito a voto, logo tem-se ausência de *quórum* e passou a palavra. Com
361 a palavra, a Sra. Viviane Petinelli, cumprimentou a todos e pontuou que abordará como os
362 Ministérios têm tratado a questão das reuniões virtuais e presenciais, e considerou importante
363 apontar não ser apenas para os colegiados, mas também para os servidores do MMFDH.
364 Comunicou que ao final do ano passado foi realizado um estudo, concluído no início de janeiro de
365 2022, em relação a todo o Ministério e sua adaptação, incluindo os colegiados ao contexto da
366 pandemia e a virtualização dos trabalhos. Enfatizou a necessidade de adequação na forma de
367 trabalho do presencial para o virtual de forma a resguardar a saúde. Comunicou que foi percebido
368 uma capacidade ampla e louvável de forma geral em adaptação e mediante os resultados, verificou-
369 se a possibilidade, e oportuno, reduzir ao máximo o que poderia continuar virtual, deixando para o
370 presencial o que de fato se justifica ser presencial. Compartilhou um infográfico, comunicando que
371 será encaminhado a todos e explanou um recorte global, iniciando pelos Conselhos de Direito,
372 através de um comparativo de 2019, 2020 e 2021. Percebeu no primeiro recorte que demonstra o
373 total de reuniões, onde pesa o primeiro conceito desafiador a enfrentar, onde foi possível sobreviver
374 ao novo cenário e de forma consensuada, todos os colegiados, ou mantém a quantidade de reuniões
375 realizadas de forma virtual em comparação ao presencial em 2019 ou aumentam o número de
376 reuniões pela facilidade de realizar os encontros através de diversas ferramentas, que todos se
377 adaptaram. Verificou que houve um aumento de frequência, e citou o CNPIR, dos representantes
378 titulares e suplentes, no caso da ausência do titular, devido a praticidade de conciliar agenda e não
379 prejudicando também as deliberações. Mediante aos números e avaliações realizada, que a
380 Secretaria Executiva, juntamente com a alta gestão, resolveu ofertar a todos os colegiados e
381 ministério uma série de novas orientações para uso de recurso com viagens. Considerou importante
382 lembrar, que o recurso investido em viagem é o mesmo investido em política pública, sendo que as
383 políticas públicas serão priorizadas. Comunicou que foi elaborado a Portaria nº 29, sendo anterior a
384 Portaria do Ministério da Saúde, e apresentou ele informando algumas regulamentações para fins de
385 pesquisa e consulta. Narrou que como regra, tem-se que a concessão de diárias e passagens será
386 automática para casos que a Lei ou um Decreto Normativo, do próprio colegiado, já apresente a
387 necessidade e importância de realização das reuniões presenciais e lembrou que cada recurso de
388 passagem e diária recebido passa por uma auditoria, tendo o Tribunal de Contas e a Controladoria

389 Geral da União, que acompanha a execução orçamentária. Informou que a Portaria oferece a
390 reflexão e instrumentos para uma melhor justificativa de presencial, compreendendo que estamos
391 em outro momento. O Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva, cumprimentou a todos e
392 salientou que como conselheiros estão em um outra ponta, sendo a gestão e quem representa órgãos
393 e entidades, citou que cada um existe uma particularidade e apontou que desde a pandemia sofrem
394 com a falta de *quórum*, e mesmo identificando os números apresentados, existem reuniões
395 recorrentes que não são aprovadas pautas importantes com o Pleno e ressaltou a dificuldade da
396 internet, e que com a opção da reunião presencial poderia haver *quórum* para votação, sugerindo a
397 de forma híbrida como outra opção. A Sra. Viviane Petinelli, replicou que está de acordo, sendo que
398 essa particularidade deve ser registrada na justificativa. A Vice-presidente Juliana Chagas da Silva
399 Mittelbach, considerou a fala da Sra. Viviane Petinelli de forma lúdica, e reiterou a falta de *quórum*,
400 não somente do Pleno, mas também nas subcomissões e sinalizou que não compreende o
401 embasamento que concluiu, que a forma remota emergencial de reuniões estava apropriada com
402 sucesso. Comunicou que não há, por parte da Gestão Pública uma garantia efetiva da participação
403 daqueles que necessitam está no formato remoto e citou a participação nesta reunião de pessoas que
404 estão em Comunidades Quilombolas, Acampamentos Ciganos, área rurais e indígenas com ampla
405 dificuldade de acesso a internet e pessoas que tentam se manter na mesma. Considerou que a
406 necessidade de comprovar política presencial, é uma inversão de lógica da política, sendo que a
407 política se faz de forma presencial, pois na fala que trata a necessidade de comprovar o motivo da
408 reunião não poder gerar economia para o governo é preocupante. Expressou seu descontentamento,
409 com as avaliações, desrespeitoso, pois a política não se realiza em uma fala de 3 minutos, existindo
410 a necessidade de diálogo olho no olho. Interrompeu a replica da Sra. Viviane Petinelli, alegando que
411 não precisava de esclarecimentos e que para dialogar com ela convidou a Sra. Viviane Petinelli a
412 enegrecer, pois é uma mulher preta. A Sra. Viviane Petinelli, solicitou que prosseguissem com a
413 próxima fala já que a Vice-presidente não necessita de informações. O Conselheiro Raimundo
414 Nonato Pereira da Silva (Taata Konmannanjy), considerou que o governo atual possui uma visão
415 diferente das políticas públicas tratadas no Conselho e reiterou a fala da Vice-presidente alegando
416 que mora na área rural e que não participa de reuniões a tempos, por motivos financeiros e
417 considerou que o governo quer calar a todos, questionou se o governo irá contribuir com o valor
418 pago em sua internet e que não é possível falar da comunidade em que reside em 3 minutos. O
419 Presidente Paulo Roberto solicitou a verificação de *quórum* para votação. O Conselheiro Abraham

420 Goldstein, declarou que compreende o ponto de vista de todos e que todos devem lembrar que o
421 Brasil é enorme e cada um tem suas particularidades e que o objetivo do conselho é igualar de
422 forma que todos dialoguem e todos levem em consideração o objetivo do conselho, sendo a
423 igualdade e que todos devem se adequar a dinâmica e que todos devem ter disciplina para
424 comparecer em reuniões, seja presencial ou remota. A Sra. Viviane Petinelli, replicou reiterando
425 que respeita a particularidade de todos e que está de acordo. O Conselheiro Jerson Cesar Leão
426 Alves, explanou de sua dificuldade de cumprir com a pauta em reunião anterior, devido a conexão
427 da internet e ressaltou que pode causar prejuízo. O Presidente Paulo Roberto, salientou que o que
428 move o mesmo é a política em si, não uma política partidária e registrou a importância da reunião
429 presencial e que não concorda com parte da fala da Secretária-Executiva Adjunta e não havendo
430 mais inscrição para a matéria prosseguiu com a relatoria por parte do Movimento Pardo-Mestiço
431 Brasileiro, acerca do parecer da CONJUR Nº 265/2022, que solicitou, nos termos do artigo nº 17 do
432 regimento interno, a apreciação do pedido de vista na 77ª Reunião Ordinária . Com a palavra, o
433 Conselheiro Jerson Cesar Leão Alves, narrou o relatório* a todos os presentes:

434

435 **Afirmou o Relatório do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro que este se refere ao parecer da**
436 **CONJUR Nº265/2022 que constava na Pauta “Consulta à CONJUR — Definição de pardos e**
437 **negros” da 77ª Reunião Ordinária do CNPIR; que o parecer não foi solicitado pelo**
438 **Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro "por não caber a um segmento étnico ou racial delegar**
439 **a terceiros a definição de seu pertencimento"; que "antes de haver negros (pretos) no Brasil,**
440 **já havia pardos" miscigenados de índios e brancos; que classificar pardos como “população**
441 **negra" significa assimilação forçada, "incompatível com os Direitos Humanos e em perigosa**
442 **aproximação com a crença racista de que ser 'de raça' seria superior a ser mestiço"; que o**
443 **parecer da CONJUR afirma que o art. 1º, IV, do Estatuto da Igualdade Racial, classifica os**
444 **autodeclarados pardos como população negra; que, afirma o Relatório,**

445 *IV- População negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça*
446 *usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*

447 **vide https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/estatuto_igualdade_digital.pdf*

448 **o citado artigo é inconstitucional; que a Declaração de Durban, questões gerais, item 56,**
449 **reconhece mestiços como distintos de negros; que é citada no Decreto nº 4.886, de 20/11/2003,**
450 **que instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial — PNPIR; que existem**
451 **povos mestiços em diversos países; que classificar pardos como negros também é**

452 **inconstitucional porque viola o art. 9º da Convenção Interamericana contra o Racismo, a**
453 **Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, que possui força de emenda**
454 **constitucional; que “também a I Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade**
455 **Racial — I CONAPIR, realizada pela SEPIR e pelo CNPIR, reconheceram que mestiços (ou**
456 **seja, pardos) não são negros”, citando como fonte seu Relatório Final; que “também viola o**
457 **art. 1º da Lei nº 2.889/56, e o art. 2º da Convenção contra o Genocídio, ratificada pelo Brasil**
458 **pelo Decreto nº 30.822/52”; que “antes da sanção do Estatuto da Igualdade Racial, diversas**
459 **leis e normas brasileiras e portuguesas já haviam reconhecido mestiços como uma identidade**
460 **própria e distinta de negros (pretos)”, citando como exemplos o Decreto-Lei nº 8.580 de**
461 **08/01/1946; o Decreto nº 426, de 24/07/1845, a Carta Régia, de 20/10/1620, do Reino de**
462 **Pomigal, leis estaduais do Estado do Amazonas, Lei nº 3.044, de 21/03/2006; do Estado da**
463 **Paraíba, Lei nº 8.374, de 09/11/2007; e do Estado de Roraima, Lei nº 613, de 09/10/2007; e as**
464 **leis municipais de Manaus (AM), Lei nº 934, de 06/01/2006, e Boa Vista (RR), Lei nº 908, de**
465 **02/10/2006, e outras normas; que a lei que instituiu o Conselho Estadual de Promoção da**
466 **Igualdade Racial do Amazonas também reconhece mestiços como distintos de negros, e seu**
467 **regimento interno aprovado classifica negros como pretos e mestiços como pardos; que**
468 **classificar pardos como negros tem caráter genocida e “remete à exclusão das opções Mulatto**
469 **e Black do censo dos EUA e substituição por Negro, em 1930”; que “especialmente em**
470 **Estados com grande percentual de pardos onde a grande maioria destes não possui fenótipo**
471 **aparentado com de pretos, mas de índios, a exemplo dos Estados do Amazonas, Acre e**
472 **Amapá” prejudica “a classificação destes em concursos e seu acesso a políticas de ação**
473 **afirmativa”; que “expõe pardos a constrangimentos, humilhações públicas, expulsão de**
474 **instituições onde cursam em vagas reservadas para fins de ação afirmativa, processos**
475 **administrativos e judiciais e acusações de fraude em concursos e pleitos eleitorais por não**
476 **terem aparência de negros”. Propôs que o CNPIR aprove Recomendação de emenda do inciso**
477 **IV, do art. 1º, do Estatuto da Igualdade Racial “para excluir pardos da classificação como**
478 **‘população negra’ e incluir na classificação como ‘população mestiça’”. O Conselheiro Jerson**
479 **Cesar Leão Alves afirmou que há diversas teorias para a origem da palavra mulato, uma**
480 **delas de que viria da palavra muwallad, que significa mestiço em árabe; que a palavra não é**
481 **ofensiva e que defende o uso da mesma.**

482 O Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva (Taata Konmannanjy), argumentou que o Brasil é
483 um país que possui muitos crimes com todas as raças e a Bahia é um estado que possui 85% de
484 negros, e são considerados pardos nos registros de nascimento, considerando esse fato um crime.
485 Complementou que o relato deixa isso de forma transparente, concluindo que o Brasil sempre
486 desejou eliminar os negros. O Conselheiro Geovan João Alves da Silva, concordou com o
487 Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva (Taata Konmannanjy), e solicitou algumas
488 correções no relatório, quando se narrou a palavra mulata e mulato, pois é um termo que não é
489 utilizado a muitos anos, **sendo uma luta do povo preto, do povo negro** considerando uma palavra
490 pejorativa contra o povo preto e considerou esse relatório importante para a luta. O Presidente Paulo
491 Roberto analisou uma reunião extremamente produtiva, agradeceu ao Conselheiro Jerson Cesar
492 Leão Alves pela relatoria. Seguindo para os informes gerais, a Vice-presidente Juliana Chagas da
493 Silva Mittelbach, comunicou seu afastamento do conselho a partir do dia 02 de julho de 2022 e
494 comunicou ser pré-candidata a Deputada Estadual pelo partido dos trabalhadores no Paraná, e
495 brevemente apresentará a documentação solicitando afastamento do conselho, sendo a data limite
496 do afastamento 02 de julho, como citado acima, informando que não estará presente na próxima
497 reunião. O Presidente Paulo Roberto informou que sente dificuldades em reverberar a notícia, mas
498 deseja sorte e luz em seus passos. O Conselheira Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves
499 comunicou a satisfação de acontecer a primeira capacitação de conselheiros e gestores de igualdade
500 racial, com gestores de 62 municípios e idealizaram realizar uma adesão ao SINAPIR, solicitando
501 um representante e a presença do Presidente Paulo Roberto, com o objetivo de todos
502 compreenderem como funciona o SINAPIR. Prosseguiu informando, que em 22 de junho de 2022
503 será realizado o mês do mestiço, com uma variedade de eventos no Estado e que será enviado ao
504 Conselho o convite do 11º Seminário sobre a identidade mestiça com festa até o dia 26 de junho de
505 2022 em comemoração à esta data e ressaltou que também acontecerá o 12º Festival do Mestiço que
506 acontecerá em Manaus. O Presidente Paulo Roberto agradeceu ao convite. A Conselheira Maria
507 Jane Soares Targino Cavalcante, informou que iniciou o mês de março de 2022, com o mapeamento
508 dos povos e comunidades Tradicionais do Estado do Ceará, com o edital aprovado em 2018 pelo
509 Governador Camilo Santana, onde o povo cigano está inserido, com quatro pesquisadores em
510 campo, comunicando que foram mapeados 47 municípios do Ceará. O Conselheiro John Land
511 Carth, comunicou que do dia 08 a 12 de junho será realizado o Seminário Internacional de Culturas
512 Populares Tradicionais, Biodiversidade e Saberes Ancestrais Negros, além do lançamento do Fórum

513 Negrindium a nível Brasil, com a participação de 23 Estados brasileiros, com 6 países confirmados
514 e a participação de Indígenas, Povos de terreiro, Quilombolas e Ciganos. O Conselheiro Sérgio
515 Eduardo Menezes Silva, parabenizou a Vice-presidente e desejou-a uma excelente campanha.
516 Completou que na semana vigente, participou da reunião de Ministros e autoridades sobre os
517 direitos dos Afrodescendentes do Mercosul, e ressaltou sobre os gestos de macacos durante os
518 jogos, por parte das pessoas do Mercosul, solicitando que houvesse uma luta por essa causa
519 acompanhada de punições. O Presidente Paulo Roberto, informou que o Brasil está muito a frente
520 em muitos sentidos e relatou outras situações de racismo, e verifica que a sociedade não está em
521 defesa do agressor. O conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva (Taata Konmannanjy),
522 sugeriu elaborar uma moção de repúdio contra o que acontece no futebol. O Presidente Paulo
523 Roberto concordou, e sem mais considerações, agradeceu a participação e comprometimento de
524 todos encerrando a 78ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
525 – CNPIR.

526 ***Trecho do Relatório acrescido conforme solicitado pelo Movimento Pardo-Mestiço**
527 **Brasileiro, no decorrer da 79ª RO-CNPIR**

528